

OS VALDENSES: DOS ALPES AO PRATA. THE VALDENSES: FROM THE ALPS TO SILVER

Arthur Engster Varreira¹

Resumem: Este artículo fué concebido originalmente como una parte integral de mi tesis para obtención del grado en Historia, titulada "As Marcas da Fé Valdense nas Periferias da Fronteira Platina", y también está vinculado al grupo de investigación "História Platina: Sociedade, Poder e Instituições". En este artículo pretendemos observar la trayectoria de dos de los procesos migratorios desarrollados por los valdenses, un grupo de inmigrantes protestantes de origen itálica que al largo del siglo XIX partieron de Europa hacia América, especialmente para la región fronteriza platina, donde fueron llevados, por diversas razones, a un nuevo movimiento de dispersión, ahora dentro de este nuevo espacio en el que se insertaron, constituyendo una nueva y compleja red de relaciones entre sus comunidades. Con esto, se construyó aquí un breve proceso de revisión bibliográfica con el objetivo de una mejor exposición del tema, aún poco abordado en el campo de la historiografía brasileña sobre inmigración, buscando dejar en evidencia algunas de las marcas que estas comunidades Valdenses legaron a los procesos de construcción social, económica y cultural de los espacios en los que fueron insertadas dentro del plata.

Palabras clave: Valdenses, Inmigración, Religiosidad, Frontera Platina.

Resumo: Este artigo, que se construiu originalmente como parte integrante do meu Trabalho de Conclusão de Graduação intitulado “As Marcas da Fé Valdense nas Periferias da Fronteira Platina” e que se vincula ao grupo de pesquisa “História Platina: Sociedade, Poder e Instituições”, pretende observar a trajetória de dois dos processos migratórios desenvolvidos pelos valdenses, um grupo de imigrantes protestantes de origem itálica, que ao longo do século XIX partiram da Europa em direção a América, em especial para a região fronteira platina, aonde foram levados, por diversas razões, a um novo movimento de dispersão, agora dentro desse novo espaço em que se inseriam, constituindo uma nova e complexa teia de relações entre suas comunidades. Com isso, construiu-se aqui um breve processo de revisão bibliográfica objetivando uma melhor exposição da temática, ainda pouco abordada dentro do campo da historiografia brasileira sobre a imigração, procurando deixar em evidência algumas das marcas que essas comunidades valdenses legaram aos processos de construção social, econômico e cultural dos espaços em que se inseriram dentro do prata.

Palavras-Chave: Valdenses, Imigração, Religiosidade, Espaço Fronteiriço Platino.

Abstract: This article, which was originally built as an integral part of my Undergraduate Thesis entitled “As Marcas da Fé Valdense nas Periferias da Fronteira Platina” and which is linked to the research group “História Platina: Sociedade, Poder e Instituições”, aims to observe the trajectory of two of the migratory processes developed by the Waldensians, a group of protestant immigrants of italic origin, who, from the nineteenth century onwards, departed from Europe towards America, especially to the Platine border region, where they were, for various reasons, enveloped into a new movement of dispersion, now within this new space in which they were inserted, constituting a new and complex web of relations between their communities. Thus, a brief bibliographic review process was built here aiming at a better exposition of the theme, still little addressed within the field of Brazilian historiography on immigration, trying to highlight some of the marks that these Waldensian communities have left throughout the processes of social, economic and cultural development of the spaces in which they were now inserted within the Platine Region.

Keywords: Waldensians, Immigration, Religiosity, Platine Borderlands.

INTRODUÇÃO

O desterro dos valdenses² nos vales da Saboia, o chamado Gueto Alpino³, se estendeu, de uma forma ou de outra, dos anos finais do século XIII até a Primavera de 1848. Isoladas e

¹ Mestrando do PPGH – UFSM, Brasil - arthurevar@gmail.com

² Os Valdenses são, de maneira geral, um grupo religioso-cultural que traça sua origem até os primeiros discípulos de Pedro Valdo, suposto comerciante de tecidos oriundo da cidade de Lyon no sul da França, que a partir do final do século XII teria se tornado um líder religioso reformista, tendo aberto mão de suas riquezas em prol de uma vida dedicada a peregrinação e a pregação laica dos evangelhos. Ainda no século XIII, os

autossuficientes, as comunidades valdenses nos alpes vivam à margem da vida social, política e econômica que caracterizava o mundo ao seu redor. Durante esse período de mais de 500 anos, porém, as inconstâncias e atribulações do resto do continente europeu não deixaram de afetar as comunidades valdenses, como tão pouco deixaram as permanências.

A maior parte dos centros valdenses nos alpes eram de difícil acesso, barricados como estavam pelas características naturais da região e grupos e forças externas dificilmente alcançavam, ou tinham interesse em alcançar, as comunas organizadas nos vales. As terras locais, afinal, não eram de especial interesse, visto que eram pouco produtivas e afastadas das rotas comerciais mais centrais da região. Os próprios valdenses não procuravam interagir com o mundo exterior e de maneira recíproca, ainda que com algumas exceções, havia pouco interesse externo em intervir na região até meados do século XVI (LAWRENCE, 1876, p.204).

Isso não significa, contudo, que a vivência valdense no isolamento alpino era uma garantia de estabilidade. O sistema econômico existente nos vales era baseado em um modelo agrícola de subsistência, e, como consequência, era especialmente frágil. Uma inundação ou uma colheita falha podiam levar a um período de carestia generalizada e acabar com a sustentabilidade populacional de certas comunas (TOURN, 1983, p.251) e também é importante lembrar que a perseguição organizada pela Igreja contra as doutrinas dissidentes da ortodoxia religiosa apenas se intensificaram a partir dos anos finais do período medieval, garantindo que os valdenses não pudessem deixar seus vales sem correr grandes riscos (DRIVER, 1997, s/p).

Não surpreende, assim, a ânsia que muitos desses valdenses tiveram em deixar esse Velho Mundo europeu para trás com a abertura desses vales a partir da segunda metade da década de 1850, pois as Américas ofereciam um espaço totalmente novo para essas comunidades que por gerações haviam arado os mesmos campos e visto os mesmo montes, vivendo sem liberdade e sem chance de mudança ou melhora. Muitos dos projetos de estados-nacionais que começavam a se desenvolver nesse período e nesses espaço também dispunham de especial interesse nessas populações europeias dispostas a ocupar novos e diversos postos sociais, políticos e econômicos dentro de suas sociedades. Com isso, pela primeira vez em mais de dois séculos, os valdenses tiveram a chance de levar sua fé para fora dos vales, procurando novas oportunidades, e rebanhos, em locais como os Estados Unidos, as Repúblicas Argentinas, o Uruguai e o Brasil.

seguidores dos ideais de Valdo foram condenados como hereges e passaram a ser perseguidos e executados pela Europa, levando ao seu subseqüente exílio nos Alpes Piemonteses da Saboia, no norte da atual Itália.

³ Em referência, e em contraste, aos guetos judes dispersos pelas cidades europeias (TOURN, 1983, p.251).

EXÍLIO, RESIGNAÇÃO E RESISTÊNCIA: O GUETO ALPINO (SÉC. XIII – C. 1848)

Nos primeiros séculos do Gueto, o exílio alpino concedeu pelo menos um benefício inegável aos valdenses, na medida em que os protegeu da crise generalizada que afetou o sistema feudal europeu a partir das primeiras décadas do século XIV: A quebra da base econômica rural e do nascente eixo econômico urbano-comercial – causada, entre outros motivos, devido à instabilidade monetária, ao crescimento populacional, exaustão do solo e a mudanças climáticas – que vinha se desenvolvendo na Europa levou à um longo período de instabilidade social e à fome generalizada, permitindo que, mesmo antes do fim da primeira metade do século, “a partir de 1348, a Peste Negra fizesse cair ainda mais brutalmente a curva demográfica, já em inflexão, e transformasse o que era uma crise em catástrofe” (LE GOFF, 2005, p.101). Em meio a isso, os Vales Alpinos, que se mantinham distantes do resto do mundo europeu, acabaram sendo poupados das piores partes dessa Crise. A economia de subsistência das comunidades valdenses não foi afetada pela quebra produtiva, nem o mercado que mantinham umas com as outras pela desvalorização das moedas europeias e a Peste Negra não alcançou os vales.

Em um primeiro momento, nem mesmo as transformações vividas pelo mundo europeu entre os séculos XIV e XV, tiveram grande impacto na vida nos Alpes. Ao longo do século XV, a sociedade europeia estava preocupada em procurar soluções para as principais consequências da Crise, adaptando-se ao novo quadro situacional que havia se insaturado. Assim, após a Crise do Século XIV, o mapa econômico e social da cristandade rapidamente se reorganizou. A queda demográfica agravada pela peste diminuiu a disponibilidade da mão-de-obra – tanto de camponeses no meio rural, quanto de artesãos e jornaleiros nos centros urbanos – e da clientela contratante, levando a um aumento dos salários e a uma reestruturação do sistema agrícola. Mesmo as constantes guerras e conflitos locais engendrados entre os séculos XIV e XV, tratados pelas classes dominantes do período como um recurso de sustentação dentro da crise, permitiram o desenvolvimento de uma nova diretriz econômica e social ao mundo europeu, acentuando e favorecendo os processos de centralização e organização dos futuros estados modernos (LE GOFF, 2005, p.102-103). As comunidades valdenses, assim, permaneceram relegadas às periferias da sociedade europeia durante esse primeiro período de exílio.

Foi apenas nas primeiras décadas do século XVI que mudanças no cenário Europeu voltaram a repercutir diretamente nas comunas alpinas, com o surgimento e o fortalecimento dos movimentos protestantes. A difusão sem igual das ideias de pensadores como Lutero e Calvino atingiu a todos os setores da sociedade europeia: Príncipes, burgueses e camponeses

de diversas regiões do continente foram tomados pelos ideais de reforma religiosa, protestando contra as instituições tradicionais da Igreja, defendendo um retorno às Escrituras e exigindo maiores liberdades e direitos. (HSIA, 2004, p.xvi-xvii)⁴. O impacto que essas novas mentalidades exerceram sobre as populações europeias, assim, garantiu a estruturação efetiva de novas denominações religiosas que, ainda que cristãs, propunham um programa de reformas totalmente à parte das estruturas tradicionais da Igreja, permitindo o desenvolvimento de uma força de oposição que antigas heresias medievais como os valdenses, não haviam sido capazes de atingir. Pela primeira vez na Europa Ocidental, os movimentos de contestação a autoridade e aos dogmas da Igreja em Roma começavam a se apresentar como um afluxo da maioria.

Eram inegáveis as semelhanças entre os movimentos reformistas modernos do século XVI e os de heresia popular medieval, mas haviam, também, consideráveis diferenças. Apesar disso, a maioria das comunidades valdenses, assim como muitas das de outras heresias que haviam sobrevivido em isolamento pela Europa – como os Lollardos e os Hussitas, estavam mais do que dispostas a se reestruturar para poder se juntar ao crescente movimento reformista. Os hereges europeus procuravam não apenas proteção, mas também a oportunidade de poder acabar com o seu exílio da sociedade que os rodeava (CAMERON, 2004, p.18-19)⁵.

Os valdenses foram, assim, uma das primeiras heresias a se juntar oficialmente aos movimentos protestantes, ainda que procurassem também preservar uma certa autonomia em relação a essas novas instituições religiosas que se organizavam. As comunidades valdenses dos Vales se subscreveram ao calvinismo, o movimento mais influente nas regiões alpinas da Suíça e nas terras vizinhas do sul da França, em algum momento nas décadas finais da primeira metade do século XVI. Euan Cameron (1984)⁶ defende que os valdenses determinaram sua filiação definitiva ao protestantismo calvinista por meio do Sínodo Valdense de Chanforan, em 1532, que reuniu diversos pastores, *Pobres*⁷ e representantes das povoações dos Vales com o objetivo de debater as consequências do movimento protestante (CAMERON, 1984, p.18), mas reconhece que existe certa discordância quanto ao fato,

⁴ In in HSIA, R. Po-chia (ed.). A companion to the reformation world. Nova Jersey: John Wiley & Sons, 2004.

⁵ In in HSIA, R. Po-chia (ed.). A companion to the reformation world. Nova Jersey: John Wiley & Sons, 2004.

⁶ In CAMERON, Euan. *The Reformation of the Heretics: The Waldenses of the Alps, 1480-1580*. Oxford: Clarendon Press, 1984.

⁷ Aqui refere-se à classe de pregadores itinerantes, herdeiros dos Pobres de Lyon (que haviam sido a principal denominação valdense do período medieval), que compunham, juntamente com os Amigos (trabalhadores comunitários), as duas principais repartições da sociedade valdense.

especialmente a partir de registros da Igreja Calvinista Reformada dos Alpes, que defendem que a junção definitiva dos dois movimentos não ocorreu até, pelo menos, a década de 1550.

A adesão à reforma, porém, não veio sem as suas consequências. Na França, aonde ainda existiam centros valdenses junto à fronteira alpina com o Piemonte, a monarquia e as instituições políticas haviam permanecido eminentemente católicas apesar da grande difusão dos movimentos calvinista e huguenote entre a população urbana e campesina, enquanto que no Ducado da Saboia, aonde se encontrava a maior parte das comunidades valdenses, o protestantismo sequer chegou a atrair maior atenção popular. Assim, quando a Europa entrou no período das chamadas *Guerras de Religião*, que se estenderam de meados da primeira metade do século XVI até a segunda metade do século XVII, os valdenses se viram lançados em um conflito para o qual não estavam preparados. Isolados das demais forças protestantes e rodeados pelas principais potências católicas do período, a vida nos vales sofreria um duro retrocesso, como retorno das incursões militares e da perseguição religiosa. Pouco mais de 20 anos após o início dos conflitos nas regiões alpinas, as comunidades protestantes valdenses no norte da Itália e no sul da França perderam cerca de 50% das suas terras e pelo menos 60% da sua população (TOURN, 1983, p.248).

Com o final do século XVI, contudo, transformações no cenário político da Europa Ocidental levaram as autoridades francesas e piemontesas a um período de gradual abertura religiosa que culminou em 1598, com a promulgação do *Édito de Nantes* pelo rei francês Henrique IV, concedendo liberdade de culto às denominações protestantes na França. Carlos Emanuel, duque da Saboia, seguiu a liderança francesa e estendeu as garantias do Édito aos cultos reformados no norte da Itália, confirmando, em específico, os direitos e privilégios dos valdenses e das populações dos vales por meio das chamadas *Leis do Gueto* (TOURN, 1983, p.258-259). A manutenção dessas legislações, porém, estava longe de ser uma garantia.

Novas mudanças no alinhamento político francês voltariam a afetar as comunidades valdenses nos Alpes após o final das *Guerras de Religião* – com a conclusão da *Guerra dos 30 Anos* (1618-1648) e a assinatura da *Paz de Westfália* (1648) –, o que levou a um período de rápido distanciamento da França das alianças protestantes que haviam caracterizado os reinados de Henrique IV (1572-1610) e Luís XIII (1610-1643). Em 1685, o rei francês Luís XIV revogou os direitos concedidos pelo *Édito de Nantes* e reiniciou a repressão aos súditos protestantes. Os sabóicos, por sua vez, tiveram maior dificuldade em voltar atrás em suas garantias aos valdenses: entre 1690 e 1694 as potências protestantes da Europa haviam sancionado, em conjunto, uma série de acordos em defesa das minorias protestantes em nações católicas menores, entre as quais figuravam os valdenses e o Piemonte (TOURN,

1983, p.248), que foram ainda mais ampliados após a assinatura dos Tratados de Utrecht, em 1713⁸, que, entre outras coisas, colocava os Vales Valdenses diretamente sobre proteção inglesa.

A forte influência inglesa na região, porém, deixou os piemonteses receosos, visto que o governo da Saboia temia um crescimento da proeminência valdense nas políticas locais. Assim, tão logo as garantias inglesas aos vales foram revogadas, por meio dos Acordos de Haia⁹ em 1720, retornaram as legislações de repressão ao valdesianismo. Novas leis francesas, datadas de 1716, restringindo a liberdade de culto aos protestantes e limitando o número de fiéis em assembleias públicas, passaram a ser aplicadas também nos alpes piemonteses e, ainda em 1720, o culto valdense passa a ser novamente proibido fora dos Vales. No ano seguinte, em 1721, o batismo católico passa a ser obrigatório a todos os súditos do Reino da Sardenha, recentemente criado a partir do antigo ducado da Saboia e, por fim, em 1730 os *Éditos Anti-Valdenses* no Piemonte são recompilados em um único código, enquanto que o valdesianismo volta a se tornar ilegal: “Todos los habitantes en esse valle deben profesar la religión católica y no debe permitirse que allí se haga ningún ejercicio ni púnblico ni privado, de la pretendida “religión” reformada” (TOURN, 1983, p.250)¹⁰. No Piemonte de meados do século XVIII, assim, ou se é católico ou se é reformado, ainda que não necessariamente devido a convicções religiosas. Ou se pertence ao mundo católico ou ao mundo valdense, pois esses dois espaços começam a se distinguir cada vez mais entre si e não é mais apenas pela religiosidade.

O retorno da segregação nos vales desse período afastou novamente as comunidades valdenses do resto do mundo europeu e criou as organizações culturais, sociais e econômicas definitivas do que viriam a caracterizar a última fase do *Gueto Alpino*, que se estenderia ainda até o final da primeira metade do século XIX (JOURDAN, 1901, p.149-150). A produção agrícola nos vales nunca perdeu seu foco na autossuficiência e, após o reconfiamento valdense, as comunidades locais voltaram a desenvolver um sistema de mercado interno independente. Os Vales Valdenses haviam conseguido preservar, assim, um mundo à parte daquele vivido na maior parte da Europa, fazendo com que, pelo menos no Piemonte, a confissão religiosa de cada um passe a definir tanto um aspecto doutrinário quanto um estado cultural e político-social.

⁸ Pondo fim a Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1714).

⁹ Esses acordos foram estipulado para pôr um fim a Guerra da Quadrupla Aliança (1717-1720), porém incluíam também uma série de provisões a respeito do Ducado da Saboia, desde a influência inglesa nos vales até a criação do Reino da Sardenha, entre outras.

¹⁰ “Todos os habitantes nesses vales devem professar a religião católica e não se deve se permitir que ali se faça o exercício nem público nem privado, da cahamada “religião” reformada [...]”. [Tradução Nossa]

As *Távolas*, comissões diretivas eleitas formadas por 3 pastores, passaram a assumir a total ingerência das comunidades valdenses, representando-as fora dos vales como uma entidade política independente dentro do Reino da Sardenha e a configuração social e política dentro dos vales se alterou gradativamente ao longo XVIII, com o surgimento de uma expressiva classe média local. A pouca influência externa que chegava aos centros valdenses vinha principalmente de representantes das igrejas reformadas da Holanda e da Suíça, aonde em 1735 e 1748, respectivamente, se organizaram comitês para o auxílio à manutenção da vida nos Vales, introduzindo escolas de ensino superior, e criando fundos para o estudo no exterior e desenvolvimento de novos projetos agrícolas (TOURN, 1983, p.255).

A última grande ruptura da vivência nos alpes antes da abertura definitiva ocorreu nas últimas décadas do século XVIII, pouco mais de 60 anos após a compilação final das leis Anti-Valdenses, em meios aos conflitos desencadeados pela Revolução Francesa. Em 1798, durante a *Guerra da 2ª Coalizão* (1798-1802), tropas revolucionárias ocuparam o Piemonte e a Saboia, forçando o rei Carlos Emanuel IV a abdicar de suas possessões continentais em favor do França. Os vales agora haviam passado à jurisdição francesa e as ideias de liberdade e igualdade agora também se estendiam aos valdenses. O Gueto Alpino, que havia caracterizado a vida das comunidades valdenses por séculos, desapareceria, tanto jurídica quanto socialmente, até o final da ocupação francesa em 1814.

Las nuevas leyes reconocen a todos los ciudadanos el derecho de profesar su fe libremente y cesa toda discriminación. Las tierras que por siglos labararon como siervos, ahora se pueden comprar; los comerciantes pueden tomar iniciativas; [...] pueden publicar sus apuntes sin censura, [...] y pueden ocupar puestos polícticos.¹¹ (TOURN, 1983, p.264)

Contudo, a organização religiosa estruturada pelos valdenses durante o seu longo exílio, na qual eles haviam encontrado seu maior instrumento de sobrevivência e sua própria identidade cultural, passa a ser drasticamente modificada pelas novas legislações francesas. Os sínodos valdenses, responsáveis pela ingerência independente dos Vales foram suprimidos e os antigos regulamentos internos do Gueto foram abolidos. As paróquias católicas da região dos Vales tiveram seus bens revertidos às igrejas valdenses e o “clero valdense”, como passa a ser referido nos estatutos franceses, passa a ganhar um salário do Estado. “[...] Los ministros valdenses pasan de ser heréticos marginados a funcionarios estatales”¹² (TOURN, 1983, p.265). Ao longo desse período, em questões legais, ser valdense deixa de ser uma

¹¹ “As novas leis reconhecem a todos os cidadãos o direito de professar sua fé livremente e faz cessar toda a discriminação. As terras em que por séculos haviam trabalhados como servos, agora podem comprar; os comerciantes podem tomar iniciativa; [...] podem publicar seus apontamentos sem censura, [...] e podem ocupar postos políticos”. [Tradução Nossa]

¹² “Os ministros valdenses passam de heréticos marginalizados e funcionários estatais.” [Tradução Nossa]

classificação sócio-cultural, central para uma definição de identidade comunitária que os próprios valdenses possuem, e passa a ser visto como uma simples questão de escolha.

Com o fim da Revolução Francesa e a subsequente queda de Napoleão em 1815, porém, iniciou-se na Europa o período da *Restauração*, tanto das monarquias e instituições tradicionais quanto dos costumes conservadores e a anti-liberais. O *Congresso de Viena* restaurou o Piemonte e a Saboia ao Reino da Sardenha e o rei Vitor Emanuel I fez voltar a vigorar nos vales aquelas leis da primeira metade do século XVIII. As liberdades que os governos revolucionários haviam cedido aos valdenses foram revogadas e novas medidas preventivas quanto a expansão da sua influência regional foram instauradas, o que não impediu que o processo de reorganização socioeconômica das comunidades alpinas continuasse.

Tanto quanto cabia aos valdenses, os séculos de isolamento total nos vales haviam chegado a um final derradeiro. As populações católicas vizinhas dos vales, nos centros rurais e urbanos próximos, como nas cidades de Pinerolo e Rivoli, também já haviam estabelecido relações comerciais com os centros valdenses nos vales, enquanto as elites intelectuais do norte da Itália, bem como parte das classes políticas, vinham se inclinando aos ideais do liberalismo político, de maneira que a procura de Vitor Emanuel pela reconstrução do Gueto por meio do uso de suas prerrogativas absolutistas acabou não passando para a realidade quando posta a prova contra o interesse popular (TOURN, 1983, p.270).

Pouco mais de 30 anos depois das restaurações europeias, o exílio dos valdenses nos alpes finalmente chegaria ao seu término definitivo. Sem apoio popular efetivo para reinstaurar os movimentos de repressão aos valdenses, os reis sardos se limitaram a manter as legislações estipuladas e a fazer cumprir as Leis do Gueto apenas em casos extremados e, ao final da década de 1840, o Gueto Alpino em si era pouco mais do que um artifício jurídico do absolutismo monárquico. A maior parte dos políticos atuantes no governo do rei Carlos Alberto via as comunidades valdenses marginalizadas como uma relíquia da era feudal, um anacronismo danoso à busca pelo desenvolvimento regional e a construção nacional (JOURDAN, 1901, p.168).

Assim, em meio a Primavera dos Povos de 1848, a Távola Valdense encaminha oficialmente um pedido formal ao rei para a abolição definitiva dos *Éditos Anti-Valdenses* que ainda sustentam o Gueto. A confirmação chegou aos vales em 8 de fevereiro daquele ano e, a partir daí, os valdenses foram oficialmente elevados a categoria de súditos do reino, tendo seus direitos civis e políticos restaurados, podiam cursar livremente o ensino superior, exercer suas profissões e adquirir e vender terras, também estavam livres para circular por todo o

reino e para atuar em encargos políticos, mas não para exercer seu culto publicamente. O Gueto Alpino havia chegado ao final e, ainda que as liberdades religiosas permanecessem restritas, pela primeira vez desde o século XII, os valdenses estavam verdadeiramente livres para seguir seus destinos (TOURN, 1983, p.282).

DESCENDO MONTES E CRUZANDO MARES: OS VALDENSES NO PRATA (1857 – C.1870)

No final da primeira metade do século XIX, os Vales Valdenses haviam se tornado uma região de alta concentração demográfica, visto que não havia vasão para o constante crescimento populacional local devido a todo corpo jurídico que mantinha as populações valdenses exiladas no Gueto Alpino. Após a emancipação de 1848, porém, desenvolveu-se um considerável fluxo migratório à partir dos vales para o resto da Europa, principalmente para a península itálica, aonde novos centros valdenses começaram a se organizar nas regiões da Calábria, da Lombardia e da Campania, assim como na Renânia e na Riviera francesa (JOURDAN, 1901, p.189).

Os sínodos da Igreja Valdense sediados no vales, que haviam se reestruturado com o final do período de ocupação francesa, começaram a reorganizar as classes dos Pobres e dos Amigos¹³ e passaram a incentivar grupos destinados à pregação itinerante a se juntarem às correntes migratórias, especialmente aquelas que voltavam a “descobrir a Itália” (TOURN, 1983, p.292). Mesmo muitos dos membros das elites econômicas dos vales também se deslocaram, passando a residir principalmente em grandes centros urbanos como Turim, então a capital do Reino da Sardenha, aonde procuravam estabelecer influências políticas e comerciais. Esse período de migrações e dispersão populacional a partir do alpes para o mundo italiano e europeu ficou conhecido como a *Nova Diáspora*, em contraste com a, agora, *Antiga Diáspora* dos períodos medieval e moderno, em direção os vales.

Os valdenses que deixaram a Saboia, contudo, encontraram duas itálias distintas ao longo de suas migrações: de um lado havia uma Itália urbana e moderna, repleta de pensadores liberais, de grandes centros urbanos e de comércio; enquanto de outro se mantinha viva uma Itália quase feudal, isolada e agrária, pouco desenvolvida e dominada pelas mentalidades conservadoras e pelo absolutismo monárquico. Os contrastes entre os Estados italianos do norte e os do sul eram inegáveis e marcariam decisivamente a forma pela qual essa primeira onda migratória valdense se organizaria. A maior parte dos imigrantes que antes vivam nos

¹³ Dedicados respectivamente a evangelização em comunidades não-valdenses e a comunidades valdenses.

vales como agricultores e pecuaristas partiram em direção ao sul, procurando melhores terras e mercados principalmente no Reino das Duas Sicílias, em contraste com os comerciantes e arrendatários, que em grande parte se deslocaram para as grandes cidades comerciais e portuárias do Piemonte e da Toscana. O primeiro núcleo evangélico valdense organizado fora dos vales apareceu em Turim, em 1850, tendo sido rapidamente seguido por outro em Gênova, em 1852. Até o início da década de 1890, já haveriam também comunidades valdenses bem estabelecidas na Lombardia e na Toscana (1859), na Sicília, Calábria e em Nápoles (1860) e no Vêneto e na Lombardia (1886). Um total de mais de nove mil valdenses que agora viviam longe do exílio alpino que havia caracterizado a vida dos seus antepassados (TOURN, 1983, p.294).

As rápidas modificações sociais, econômicas e demográficas que afetaram os vales durante esse período inicial de migrações, porém, abalou o diretamente o equilíbrio de sustentabilidade dos Vales Valdenses, que ainda permaneciam o principal centro populacional e cultural dos valdenses. A saída de boa parte das classes médias vinculadas ao setor comercial da região alpina somada a quebras produtivas do setor agrário desencadeadas pelo êxodo de parte das populações rurais levaram a uma quebra do sistema econômico dos vales por volta da metade da década de 1850 (TOURN, 1983, p.315), levando ao surgimento de um novo fluxo migratório composto, em sua maior parte, por jovens em busca de trabalho e melhores condições de vida, em contraste ao movimento anterior, originado principalmente pela pressão demográfica e pela busca por uma maior inserção nas sociedades italianas (JOURDAN, 1901, p.189-190).

Muitos desses jovens se direcionaram originalmente para os cantões próximos da Suíça, a Renânia alemã e a Riviera Francesa, principalmente como trabalhadores sazonais em busca de inserção nos mercados de trabalho comerciais e industriais. Os que tinham sucesso em se estabelecer nessas novas localidades logo começaram a trazer suas famílias e se assentar em definitivo fora dos vales. Por volta de década de 1870, cidades como Marselha, Lyon, Colônia e Paris já possuíam “Uniãoes Valdenses”, organizações de auxílio e de congregação semelhantes às Sociedades de Socorro Mútuo comumente organizadas por imigrantes italianos (TOURN, 1983, p.315).

Ainda assim, a maior parte das populações dos vales era composta por camponeses e artesãos e a procura principal desses grupos era por terras dispostas a agricultura e a pecuária, as quais a Europa já não tinha em ampla disposição. Iniciou-se então, a partir de 1856 (JOURDAN, 1901, p.192), a se debater a possibilidade de emigração para a América. Os Estados da região platina – o Brasil, as Repúblicas Argentinas e o Uruguai – chamavam

atenção em especial. Eram provavelmente os Estados americanos mais conhecidos na Itália do período, devido a atuação de Garibaldi na região (TOURN, 1983, p.314) durante a Revolução Farroupilha (1835-1845) e a Guerra Grande (1839-1852), e possuíam ampla disponibilidade de terras e baixos índices demográficos, além de que na Argentina e no Uruguai haviam proteções legais que garantiam a liberdade religiosa e de culto de seus cidadãos, situação que era de grande significado para os valdenses.

Agências de Imigração argentinas já estabelecidas em Gênova e Turim entraram em negociações com representantes das comunidades dos vales após terem sido informados do interesse de grupos valdenses em se direcionar a América e representantes do governo da República de Santa Fé, na Argentina, apresentaram uma série de propostas às Távolas das comunidades alpinas entre Fevereiro e Novembro de 1856, sem conseguirem chegar a um acordo definitivo devido a oposição de diversos pastores que se opunham às condições oferecidas, as quais consideravam desfavoráveis:

[...] El gobierno [de Santa Fé] les ofrecía bueyes, víveras, semilla y casas hasta la suma de mil francos, pagaderos á los dos ó tres años sin interés. [...] Les anticipaba el viaje, y los colonos debían entregar un tercio de la cosecha durante cinco años después serían propietarios absolutos de las tierras ocupadas y de sus casas. [...] La comisión [da Távola] tomó informes, consultó personas competentes y pidió á los pastores una lista de las familias dispuestas á emigrar. [...] Las condiciones ofrecidas á los emigrantes [mientras] no le parecen enteramente satisfactorias, y les recomienda tino y prudencia. (JOURDAN, 1901, p.193-194)¹⁴

No início de novembro, porém, pouco depois do final das negociações com os representantes argentinos, iniciaram-se novas negociações para a imigração de grupos valdenses à região platina, dessa vez com uma agência de imigração de interesse uruguaio, também de Gênova (JOURDAN, 1901, p.195). Dois jovens valdenses oriundos de Villar Pellice, Juan Pedro Planchón e Daniel Bertinante, que haviam emigrado dos vales em busca de trabalho na América alguns anos antes, provavelmente por volta de 1854, e vinham trabalhando em um hotel em Montevidéu desde 1855, foram informados de que o governo uruguaio estava disponibilizando terras para venda e arrendamento a condições “muito vantajosas” na esperança de estabelecer uma colônia de imigrantes protestantes no interior do país. Planchón, que mantinha correspondência com o irmão – que ainda residia em Villar, e tinha ciência dos planos de imigração das populações dos vales para a região platina, escreveu

¹⁴ “O governo [de Santa Fé] ofereceu a eles bois, mudas, sementes e casas até a soma de mil francos, pagáveis em dois ou três anos sem juros. [...] Eles anteciparam os custos da viagem, e os colonos teriam que entregar um terço da colheita por cinco anos, depois eles seriam os proprietários absolutos das terras ocupadas e de suas casas. [...] A comissão [da Távola] recebeu relatórios, consultou pessoas competentes e pediu aos pastores uma lista das famílias que queriam emigrar. [...] As condições oferecidas aos emigrantes [porém] não lhe parecem inteiramente satisfatórias, e ela recomenda-lhes sabedoria e prudência.” [Tradução Nossa]

para o irmão informando-o da oportunidade e este levou a proposta para as comunidades (JOURDAN, 1901, p.194).

Cerca de 40 famílias se despuseram a fazer a travessia em direção ao Uruguai e iniciaram as preparações necessárias, vendendo suas propriedades e se desfazendo dos bens que não poderiam levar para as novas terras. Giuseppe Planchón, irmão de Juan Pedro, foi o primeiro a partir com sua família, ainda em novembro de 1856, sendo acompanhados de mais duas famílias também de Villar Pellice, com o objetivo de averiguar a situação no Uruguai e conhecer esse novo mundo para o qual partiam, preparando-se para a recepção das demais famílias, que deveriam chegar até o final de 1857.

Esse “novo mundo” para o qual os valdenses se direcionaram nos anos finais de 1856, porém, não seria necessariamente, um ambiente totalmente diferente daquele no qual eles já se inseriam na Europa. Em seus vales, os valdenses viveram por muito tempo marginalizados e isolados, assentados em uma região fronteira aonde, para além das determinações geográficas, fortes influências itálicas, germânicas e francesas levaram a conformação da sua cultura e sociedade e no Prata os valdenses encontrariam um ambiente que preservava boa parte desses conceitos. Por um bom tempo, eles ali também estariam isolados, ainda que em um tipo diferente de isolamento, pois ainda permaneceriam rodeados por um cenário religioso desfavorável (majoritariamente católico) e agora a um oceano de distância de terra natal de suas comunidades. Mas ali também entrariam em um novo espaço de fronteira que, simultaneamente muito distinto e muito semelhante àquele dos seus vales, também influenciaria diretamente a formação de suas comunidades (TOURN, 1983, p.316).

Esse *espaço fronteiro platino* no que essas populações valdenses viriam a se inserir aqui na América era determinado, como muitas regiões de fronteira, como um espaço constituído através de relações sociais e econômicas, com caráter regional, onde circularam homens, ideias, culturas e mercadorias (PADOIN, 2000, p.2-3), com a compreensão de que esses espaços limítrofes existem para além das delimitações geográficas e políticas tradicionalmente entendidas como “fronteira”, configurando um ambiente que, diferente dos mapas e linhas demarcatórias, se caracteriza como dinâmico e mutável. Assim, ainda que os valdenses se direcionassem ao Uruguai, uma vez assentados ali eles estariam inseridos dentro de um mundo social, econômico e cultural muito mais amplo do que o compreendido unicamente pelo do território daquele país, em um espaço de fronteira cuja composição transnacional representa um largo contínuo geográfico que se estende desde a área da atual província da Buenos Aires, passando pelas províncias litorâneas da Bacia do Prata (Santa Fé,

Corrientes e Entre-Rios), bem até a região da Campanha do estado do Rio Grande do Sul, no Brasil (PADOIN, 2000, p.3).

E, tal como o mundo Europeu que rodeou o Gueto Alpino por séculos, esse espaço fronteiriço platino também era permeado e construído por disputas e conflitos. O processo de construção e consolidação dos Estados Nacionais da região, que se estendeu ao longo de todo século XIX, foi marcado por enfrentamentos constantes entre as forças políticas, sociais e econômicas que compunham esse ambiente. “Porém, mais do que separar os povos deste espaço fronteiriço, [esses conflitos] possibilitaram, no decorrer do século XIX, “uma integração peculiar entre segmentos sociais sul-rio-grandenses, orientais e *argentinos*” (PADOIN, 2001, p.3). Quando os valdenses deixam seus vales, é para esse mundo fronteiriço que ele estão seguindo, pois é a partir dessas relações regionais e internacionais que se desenvolve o quadro situacional que permite o surgimento do movimento migratório valdense para o Uruguai e, em consequência, para a região platina.

Desde a sua independência do Brasil em 1828, a República Oriental do Uruguai vinha sendo o epicentro de diversos conflitos internos e internacionais que caracterizariam a região platina ao longo do século XIX, com a maior parte deles construídos, respectivamente, a partir das disputas partidárias entre *Blancos* (políticos e militares que, em sua maioria, procuravam defender os interesses das elites rurais) e *Colorados* (que por sua vez eram direcionados aos interesses das elites urbanas de Montevideú) e da busca do país por assegurar sua independência e autonomia em relação a suas nações vizinhas. Essas duas esferas de enfrentamento também se sobrepuseram diversas vezes, durante a Guerra Grande, a Guerra Contra Oribe e Rosas (1851-1852) e a Guerra do Paraguai (1864-1870) e como consequência, ao longo desses conflitos, o Uruguai perdeu parcelas consideráveis de seu território, se encontrou sobre forte influência de potências externas e passou por diversos períodos de instabilidade e anarquia. Assim, a partir da década de 1850, uma das principais preocupações dos governos uruguaios se tornou a busca pela estabilização do quadro socioeconômico nacional e a procura por formas de combater as crescentes influências internacionais dentro do país.

A breve presidência de Juan Francisco Giró, entre 1852 e 1853, se guiou pelo lema da “Nacionalização dos nosso destinos” e buscou, principalmente, reduzir o controle brasileiro da fronteira com o Rio Grande do Sul. Os censos realizados no começo da década mostravam que cerca de 33% de todas as terras nas fronteiras uruguaias pertenciam a fazendeiros brasileiros e a situação vinha se tornando uma ameaça constante a soberania Uruguai na região (NAHUM, 2003), pois os acordos de limites e fronteiras que o Estado Oriental havia

firmado com o Império do Brasil após a Guerra Grande haviam sido extremamente desfavoráveis aos interesses nacionais uruguaios. Entre outras coisas, eles postulavam que leis uruguaias não vigoravam em terras brasileiras dentro do Uruguai, que os estancieiros com terras nos dois lados da fronteira não necessitariam realizar registros ou pagamentos em aduanas e, o mais agravante, reafirmava o princípio do *uti possidetis*¹⁵, que concedia a posse legal da terra aquele que dela fazia usufruto (SEGARRA, 1969, p.32-33).

Essa situação era especialmente preocupante para os governos uruguaios, tendo em vista que o interior do país era largamente despovoado e pouco desenvolvido, que temiam uma contínua expansão territorial brasileira as custas do território oriental. Giró, assim, procurou investir em planos de colonização agrícola para a ocupação e desenvolvimento dessas regiões despovoadas para reafirmar a posse uruguiaia das terras nacionais e movimentar as economias regionais, mas sua curta presidência, a qual foi sucedida por um motim militar e uma nova guerra civil entre as lideranças políticas *Blancas* e *Coloradas*, não permitiu que, nesse momento, esses projetos saíssem da fase de planejamento (NAHUM, 2003).

Planejamentos para a colonização dos departamentos uruguaios do interior, porém, não eram nenhuma novidade no cenário político nacional. Manuel Oribe, enquanto presidente do país, entre 1835 e 1838, e depois como líder do chamado Governo do Cerrito¹⁶, entre 1843 e 1852, havia organizado diversos projetos para o estabelecimento de colônias açorianas, alemãs e italianas na fronteira com o Brasil e a Argentina, ainda que, semelhante ao governo Giró, a maioria não tenha se realizado devido a quebra do Governo do Cerrito com a intervenção brasileira durante a Guerra Contra Oribe e Rosas. Ainda assim, de maneira geral, é central compreender aqui que

Desde los primeros tiempos de la vida constitucional, el pensamiento de aumentar la población del país y la explotación de sus riquezas por medio del establecimiento de colonias extranjeras protegidas por el Estado fue acariciado por muchos hombres de Gobierno [...] como solución a los problemas planteados a la economía del país por la escasísima densidad de la población. (MELLO, 1948, p. 339).¹⁷

Uma comissão permanente para o estudo e fomento da imigração e da colonização para o Uruguai seria oficializada no final de 1851 e seria essa comissão que viria a estabelecer as Agências de Imigração uruguaias que os valdenses encontrariam em Gênova no final de 1856.

¹⁵ Princípio do direito internacional advindo do Direito Romano, originário da expressão latina “*uti possidetis, ita possideatis*”. Algo no sentido de “aquele que detém a terra, que a possui”.

¹⁶ Durante a Guerra Grande, o Uruguai estava efetivamente dividido: Os *colorados*, no chamado Governo da Defesa, controlavam a cidade de Montevidéu, fazendo com que os *blancos* sobre o comando de Oribe, que possuíam o controle efetivo do resto do país, estabelecessem sua sede de governo no bairro do Cerrito, nas cercanias da capital.

¹⁷ Desde os primeiros tempos da vida constitucional, a intenção de aumentar a população do país e a exploração de suas riquezas, por meio do estabelecimento de colônias de estrangeiros protegidas pelo Estado, foi acalentada por muitos homens do governo [...] como solução aos problemas relacionados à economia do país em vista da baixa densidade populacional. [Tradução Nossa]

As diretrizes delimitadas pela comissão estabeleceram, até o início da década de 1870, o interesse quase que exclusivo do governo uruguaio em imigrantes alemães e italianos como uma espécie de medida “protecionista” à autonomia nacional, no sentido de que se temia que a presença de certos grupos de imigrantes, como ingleses ou franceses, pudesse levar ao surgimento de uma forte influência de nações imperialistas nas políticas nacionais. Lucas Moreno, que foi membro da comissão nos primeiros anos da década de 1850, escreveu para um colega sobre o interesse nas populações da península itálica: “[...] la misma falta de unidad en aquella nación, es una garantía para nosotros”¹⁸ (MELLO, 1948, p. 343).

O projeto definitivo de colonização que trouxe os valdenses para o Prata foi idealizado pouco menos de 4 anos após quebra dos planos de Giró, em 1856, nos primeiros anos da presidência de Gabriel Antônio Pereira, por meio de um programa que buscava organizar uma série de colônias nas regiões do interior e de fronteira do Uruguai. Para tanto, entre o final de 1856 e o começo de 1857, Doroteo Garcia, ministro da fazenda do governo Pereira, organizou a Sociedade Agrícola do Rosário, com o objetivo de realocar as populações imigrantes e administrar as colônias e povoamentos que eles viessem a fundar (HUGARTE e VIDART, 1969, p.41-42). Os acordos com os valdenses para a colonização do interior do departamento de Florida, firmados em novembro de 1856, foram alguns dos primeiros do governo e acabaram sendo seguidos por outros contratos com comunidades protestantes na Suíça e na Suécia no ano seguinte, para a colonização de regiões nos departamentos de Colonia e Soriano.

Aquele primeiro contingente de valdenses que saiu dos vales em novembro de 1856 chegou ao porto de Montevideu em fevereiro de 1857, após mais de 3 meses de viagem. As três primeiras famílias que haviam deixado Villar Pellice pelo Prata somavam então 11 pessoas (HUGARTE e VIDART, 1969, p.42). A maior parte do grupo se assentou em Paso del Molino, então um povoado ao norte de Montevideu, para esperar a chegada dos demais imigrantes, enquanto os demais partiram para Florida para antecipar a compra dos terrenos e iniciar os trabalhos no campo (JOURDAN, 1901, p. 195). Um segundo contingente composto por 10 famílias, somando cerca de 73 pessoas, partiu dos vales em 12 de junho de 1857 e chegou ao Uruguai no final de setembro desse mesmo ano. Desse segundo grupo, 71 se direcionariam a Florida¹⁹ e iniciaram oficialmente o seu assentamento na região.

Em 7 de dezembro, uma última grande expedição de imigrantes partiria de Gênova em direção a colônia valdense em Florida, composta por 27 famílias e 15 jovens solteiros,

¹⁸ [...] a falta de unidade daquela nação é uma garantia para nós. [Tradução nossa]

¹⁹ Um dos imigrantes partiu para Colônia Esperança, em Santa Fé, na Argentina, e outra morreu durante a viagem (JOURDAN, 1901, p. 197).

somando 136 pessoas. Chegaram ao porto de Montevideu em 29 de fevereiro de 1858, na viagem mais rápida até então, e se direcionaram imediatamente para a nova comunidade (HUGARTE e VIDART, 1969, p.40). Esse novo grupo, porém, trouxe de Villar um regulamento organizado para ser votado na colônia. Por meio dele, os imigrantes valdenses se comprometiam, entre outras coisas, em conservarem-se fiéis a fé de seus antepassados, permanecer sempre unidos em comunidade, guardar para si o dia do Senhor, celebrar o culto com regularidade e construir, o mais rápido possível uma igreja e uma escola em suas novas terras. Por recomendação da Távola de Villar, também, o reverendo Snow Pendleton, capelão da legação anglicana inglesa em Montevideu, passou a assumir o papel de pastor e guia espiritual dessa primeira comunidade valdense enquanto os Sínodos nos vales não encaminhavam um representante oficial. Pendleton celebrava cultos especiais para os valdenses todos os domingos e garantiu a distribuição de bíblias em espanhol, francês e italiano para a comunidade (JOURDAN, 1901, p.197-198).

Ao longo de 1858, contudo, disputas começaram a surgir entre a colônia valdense em Florida e as comunidades católicas locais. Os cultos valdenses foram denunciados ao comissariado de polícia do departamento por incitar “desordem social” e alguns dos padres da localidade começaram a incitar os fiéis católicos a violência aberta contra os valdenses, a quem se referiam como heréticos e blasfemos (JOURDAN, 1901, p.199). As comunidades imigrantes recorreram às autoridades em Montevideu, mas não foi o suficiente. As autoridades locais de Florida censuraram as populações católicas pelas atitudes repressivas e garantiram aos valdenses seus direitos e sua liberdade de culto. Não eram mais perseguidos abertamente, mas mesmo assim, entre março e maio de 1858 a repressão católica contra os valdenses se intensificou: as plantações dos imigrantes foram pisoteadas, diversos rebanhos bovinos foram envenenados, cavalos foram roubados e houveram pelo menos duas tentativas de homicídio contra colonos valdenses. Os últimos resquícios dos tempos Gueto Alpino ainda assombravam as comunidades valdenses.

Em junho de 1858, representantes da comunidade valdenses juntamente com o reverendo Pendleton e decidiram procurar uma solução mais efetiva. Eles entraram em negociações com a Sociedade Agrícola do Rosário com o objetivo de transferir os valdenses para um local mais adequado e, ao final do ano, organizaram um novo contrato com a finalidade de realocar as comunidades de Florida para as terras originalmente destinadas aos colonos suecos em Rincón del Rey, no departamento de Colônia, visto que esses acabaram abandonando o acordo que haviam estabelecido com o governo uruguaio e se redirecionado para os Estados Unidos ainda no começo de 1857 (HUGARTE e VIDART, 1969, p.42). Os valdenses seriam

colocados em terras próximas a dos colonos protestantes suíços para garantir um ambiente mais estável à comunidade e a Sociedade do Rosário assumiria a responsabilidade de proteger os imigrantes caso fosse necessário. Mesmo assim, nem todos os colonos se realocaram para essas novas terras. Pelo menos 4 famílias decidiram permanecer em Florida, enquanto outras se realocaram para os Departamento de Salto, Tucuarembó e Rivera.

Assim, em 1859, se estabeleceu o assentamento definitivo do núcleo valdense no Uruguai, nas proximidades do Arroio do Rosário – ao lado da colônia suíça de Nova Helvética –, batizado de Colônia Valdense. À cada uma das cerca de 40 famílias que haviam feito o traslado desde Florida foram cedidas uma légua quadrada, dividida em 36 chácaras, bem como alguns animais, mudas e sementes, bem como o direito de reter toda a produção da primeira colheita. Pelos próximos 4 anos, os colonos estavam obrigados a cultivar extensões pré-determinadas, das quais deveriam ceder 1/3 da produção anual para a Sociedade do Rosário, como forma de pagar pelos custos do traslado e do auxílio na instalação (HUGARTE e VIDART, 1969, p.42-43).

Os colonos passaram a maior parte do ano de 1860 se reorganizando nas novas terras e esperando por notícias dos vales na esperança de que mais grupos viriam se juntar a comunidade em Colônia Valdense, mas diversas lideranças políticas e religiosas dos vales começaram a organizar uma forte oposição a imigração, fazendo com que a colônia não pudesse se expandir com a velocidade originalmente prevista (JOURDAN, 1901, p.204-205). Temia-se que um êxodo maior das populações dos vales levasse a total desorganização do sistema econômico das comunidades alpinas e, além disso, as histórias dos primeiros infortúnios que os valdenses haviam encontrado ao longo dos anos de 1857 e 1858 também já tinham chegado à seus amigos e familiares no Piemonte, desencorajando muitos daqueles que já haviam se preparado para a imigração e direcionando a maior parte dos futuros grupos de imigrantes para Argentina, graças ao incentivo de famílias que haviam se deslocado para Colônia Esperança, em Santa Fé, com o final da colônia em Florida (JOURDAN, 1901, p.196-197 e DEVOTO, 2006, p.54-55).

No começo de 1861 os colonos iniciaram a construção de uma escola (HUGARTE e VIDART, 1969, p.43) e a fazer projetos para a construção de uma igreja (JOURDAN, 1901, p.205). No ano seguinte, 1862, a colônia enviou o pedido formal para que os Sínodos dos vales encaminhassem um pastor para a comunidade, confirmando às autoridades da Igreja Valdense que já estavam assentados e produzindo em suas novas terra e, ao passo que a maior parte dos imigrantes ia passando a assumir a posse definitiva das terras em que vinham trabalhando – conforme os acordos estipulados com a Sociedade do Rosário –, a comunidade

passou a organizar uma Assembleia de Fieis, aos moldes das Távolas dos vales, para gerir os aspectos religiosos e civis da vida na colônia e representar os imigrantes junto às autoridades da região.

En rigor, los progresos posteriores del núcleo ocurrieron cuando entre el pastor, la Asamblea de los fieles y el consistorio²⁰ se dieron situaciones de acuerdo, ya que la función de éstos excede el terreno estrictamente religioso y rige todos los aspectos de la vida grupal: costumbres, educación, previsión social y dirección económica.²¹ (HUGARTE e VIDART, 1969, p.43).

De maneira geral, as duas primeira década da colônia, entre os anos de 1860 e 1880, se caracterizaram por fortes restrições e trabalho constante, ainda que as condições mas estáveis da região tenham permitido um rápido desenvolvimento da colônia a partir da segunda metade da década de 1870. Por volta desse período a colônia contava então com mais de 800 pessoas dispersas por cerca de 15 mil hectares que se estendiam diretamente até o Rio da Prata, visto que muitos colonos decidiram por comprar novas terras em acordos com o governo departamental de colônia com o objetivo de expandir a produção agrícola para além do modelo de subsistência no qual viviam até então, procurando criar um excedente para o comércio (JOURDAN, 1901, p. 208-209). A vida comunitária valdense se manteve isolada e diretamente atrelada aos costumes e tradições que haviam trago de seus vales, como uma última marca do Gueto Alpino que lhes fora imposto em séculos anteriores. Preservaram o italiano piemontês como língua franca dentro da colônia e procuravam não se relacionar com as populações vizinhas locais, mantendo os casamentos dentro da colônia a um nível quase endogâmico. Assim, ao longo das décadas finais do século XIX, os valdenses conseguiram se desenvolver, em Colônia, como uma pequena burguesia rural dentro do espaço platino em que se inseriam (HUGARTE e VIDART, 1969, p.45).

A partir desse ponto, porém, as informações quanto a organização e a dispersão das demais comunidades valdenses fica difícil de acompanhar. A situação em Colônia valdense é bem documentada e revisada na bibliografia que se propõe ao estudo da imigração valdense, principalmente no Uruguai, por isso serviu como o foco principal dessa narrativa. Quanto aos demais grupos valdenses, como os que se organizaram em Salto e em Santa Fé, na Argentina, existe uma boa bibliografia de aporte na Argentina e no Uruguai que estuda esse primeiro processo migratório – pelo menos até certo ponto, visto que as décadas de 1870 e 1880, que parecem compreender o período de organização interna dessas comunidades, são uma lacuna

²⁰ Entidade composta, normalmente, pelos pastores encarregados das comunidades, mas que também podia incluir representantes dos Pobres, dos Amigos e dos pregadores laicos.

²¹ “Geralmente, os progressos posteriores do núcleo ocorreram quando, entre o pastor, a Assembleia de Fieis e o Consistório, se deram decisões de consenso, já que as funções desses grupos excedem o terreno estrictamente religioso e compreendem todos os aspectos da vida grupal: costumes, educação, organização social e direcionamento econômico”. [Tradução Nossa]

considerável na maior parte das referências – mas os fluxos migratórios valdenses posteriores, bem como as correntes de migração interna no Prata possuem uma produção muito mais restrita. Mesmo depois de quase 9 séculos de existência, de uma forma ou de outra, os valdenses ainda parecem viver, pelo menos em parte, na periferia da história (DRIVER, 1997, s/p).

AS MARCAS DE UM POVO-IGREJA EM UM ESPAÇO DE FRONTEIRAS

A presença valdense no Prata não se limita unicamente ao Uruguai e a Argentina, ainda que as bibliografias produzidas nesses dois países acerca dos processos de imigração europeia sejam as que nos permitem, apesar de suas limitações, mais facilmente identificar a atuação desse grupo no Prata. Afinal, sabemos que algumas das comunidades imigrante dos vales que se direcionaram ao Uruguai acabaram chegando também ao Rio Grande do Sul, ainda por volta da década de 1860, e que nesse novo espaço eles também eles se dispersaram em direção a outras localidades no interior do estado, ainda que quanto a isso existem pouquíssimos estudos. Os traços característicos dos valdenses, porém, parecem deixar uma marca resistente pelos espaços em que eles circulam e, assim, nos permitem, a despeito das limitações bibliográficas, perceber a sua presença e seu impacto a partir da observação indireta de outros fatores.

No Uruguai e na Argentina essas marcas ficam mais expressivas em anos posteriores, principalmente a partir das últimas décadas do século XIX e durante as primeiras do século XX, quando os valdenses passam a abandonar o isolamento de suas colônias e se inserir mais ativamente na sociedade platina. No Uruguai, em especial, as décadas de 1910 e 1920 vêm a ascensão econômica e social de diversas famílias valdenses que passam a se tornar uma considerável elite rural dentro do departamento de Colônia (HUGARTE e VIDART, 1969, p.45). Muitas dessas famílias que enriqueceram nesse período se deslocaram para os centros urbanos e passaram a se inserir em novos campos profissionais, se tornando comerciantes, advogados e Médicos.

Podemos observar parte desse processo por meio de uma reportagem de setembro de 1919 do jornal americano *Great Falls Daily Tribune*, que noticiou a realização da cerimônia de abertura da Primeira Conferência Internacional das Mulheres Médicas, que estava sendo sediada na cidade de Nova Iorque com patrocínio do *Comitê de Moralidade Social de Jovens Mulheres Cristãs*. Ao longo da reportagem o jornal divulgou um trecho de uma entrevista com uma das participantes, a Dra. Alice Armand-Ugon, da cidade de Montevidéu no Uruguai. Ao apresentar a Dra. Armand-Ugon a reportagem comenta que

Sua família, apesar da ancestralidade francesa, inseriu-se na imigração italiana para o Uruguai, no processo de criação das colônias valdenses, em uma das quais seu pai é pastor²² já a alguns anos. Ela tem ainda uma outra irmã que também é médica, outras duas que são farmacêuticas e ainda outras duas que lecionam na área da saúde, sendo uma a Diretora da única Academia de Ciências do Uruguai. Ela também tem três irmãos, sendo um médico, um banqueiro e um advogado. [Tradução Nossa]

A partir dessa reportagem, podemos observar o elevado status econômico de algumas famílias valdenses no Uruguai, pelo menos a partir do século XX, corroborando a proposição de Higarte e Vidart (1969), assim como também é possível perceber a notável e inusual inserção de mulheres valdenses dentro do ambiente intelectual e científico do período. O pai da Dra. Armand-Ugon também parece ter atuado no processo de implantação da Ley de Educación Común e da reforma educacional Vareliana no país a partir de 1877, demonstrando a inserção política que os valdenses passam a ter ao saírem do seu isolamento colonial.

No Brasil, por sua vez, as marcas da presença valdense são mais sutis de se detectar. As comunidades valdenses que se estabeleceram no Rio Grande do Sul, ainda que também tenham se encaminhado a novos quadros profissionais semelhantes aos das demais comunidades platinas – se tornando principalmente professores e comerciantes –, não viriam a dispor da mesma mobilidade socioeconômica. Os grupos valdenses no Brasil parecem ter se estabelecido primeiramente na região de fronteira com o Uruguai, no começo da década de 1860, sendo muito provavelmente, parte daquele primeiro contingente migratório que havia se destinado a Florida em 1857 e se dispersado em 1859.

A indicação mais forte que aponta para essa linha de pensamento vêm a partir da comunidade de imigrantes italianos da cidade de Bagé, no Rio Grande do Sul. A primeira união italiana organizada na cidade, a atual Sociedade Italiana de Socorro Mútuo Anita Garibaldi²³, foi fundada em 1871, a partir de uma representativa comunidade italiana presente na cidade desde a década de 1860 (GARCIA e LEMIESZEK, 2013, pp. 42-45), ainda que a o período oficial de imigração italiana para o Brasil tenha se iniciado apenas nos meses finais do ano de 1874. Além disso, dos mais de 12 mil imigrantes europeus que chegaram ao rio grande do sul entre 1859 e 1875, apenas 729 eram de origem itálica (IOTTI, 2010, p.65) e estes eram direcionados as colônias Conde D'Eu e Princesa Isabel, na serra gaúcha.

Outra ocorrência central que auxilia na justificativa à essa hipótese vem do fato de que parte dos valdenses que se retiraram de Florida em 1859 também organizaram pelo menos uma comunidade no departamento de Cerro Largo, no norte do Uruguai, nas proximidades da cidade de Açeguá, junto à fronteira brasileira e à apenas cerca de 60 km de distância da cidade

²² O pastor Juan Daniel Armand-Ugon foi o pastor responsável de Colônia Valdense entre os anos de 1877 e 1920, tendo sido encaminhado de Torre Pellice ao Uruguai pelo Sínodo dos Vales Valdenses.

²³ Originalmente Sociedade de Socorro Mútuo XX de Setembro.

de Bagé. Devido as poucas referências bibliográficas disponíveis para os assentamentos valdenses fora do departamento de Colônia, porém, essa comunidade aparece apenas referenciada, notavelmente em Hugarte e Vidart (1969). Além disso, também sabemos que a região chegou a abrigar a colônia Antônio Gianola, organizada em algum momento anterior a 1948²⁴, que aparece descrita no mapa de colônias do Instituto Nacional de Colonização do Uruguai.

Um processo de migração regional dos valdenses, dentro do espaço platino, também lhes permitiu a organização de comunidades em outras regiões de forte presença italiana no Rio Grande do Sul, especialmente na serra gaúcha a partir dos anos de 1880 e 1890. Em Bento Gonçalves, antiga colônia Dona Isabel, haviam cerca de 16 famílias italianas “evangélicas” metodistas por volta de 1887 (CONSTANTINO, 2006). E, ainda que não se saiba ao certo se essas famílias vieram de uma das colônias platinas ou diretamente da Itália, o mais provável é que tenham vindo do Uruguai devido a sua filiação metodista. Desde a década de 1870 muitas comunidades valdenses, especialmente as mais próximas a centros urbanos, haviam se vinculado à Igreja Metodista²⁵ por recomendação dos Sínodos valdenses devido a maior disponibilidade de pastores e serviços religiosos, visto que a Igreja Valdense em so, sediada nos vales, tinha certas dificuldades em gerir suas congregações transatlânticas.

A presença valdense na região da serra gaúcha ganhou certo destaque no período devido a seus esforços pela organização do primeiro templo metodista do Rio Grande do Sul e sua subsequente solicitação para a vinda de um pastor metodista do Uruguai entre os anos de 1888 e 1889 (DALLA CHIESA, 2014). Outros grupos italianos metodistas valdenses fizeram solicitações parecidas ao centro da Igreja Metodista do Rio da Prata, em Montevideu, em anos posteriores em Guaporé (1906) e Garibaldi, antiga colônia Conde D’Eu (1923). Na cidade de Santa Maria, um grupo de metodistas oriundo dessa primeira comunidade em Bento Gonçalves se organizou a partir de 1901, mas não se tem certeza até o momento se eram de origem valdense ou se eram descendentes de católicos convertidos. De maneira geral, porém, sem a presença afirmativa das instituições que marcam sua vida comunitária em outros locais, os valdenses presentes no Brasil perderam muito da sua distinção etnorreligiosa e foram se inserindo mais facilmente aos ambiente socioculturais das sociedades que os rodeavam.

²⁴ O Instituto Nacional de Colonização do Uruguai foi estabelecido apenas em 1948 e a maior parte das colônias anteriores a esse período, devido a sua característica privada, estão demarcadas apenas como pré-1948 nos mapas disponíveis.

²⁵ A Igreja Valdense e a Igreja Metodista se uniram oficialmente em 1975.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos seus processos migratórios, os valdenses foram capazes de criar trajetórias próprias que marcaram em definitivo os espaços pelos quais eles circularam tão ativamente ao longo do século XIX. E, mesmo que a produção bibliográfica e a pesquisa em cima da sua presença nesse mundo fronteiriço ainda sejam limitadas, ainda é possível se recriar os aspectos mais centrais de sua inserção local e regional a partir das marcas e dos vestígios da sua circularidade. É essencial compreender também que a maior parte das produções existentes que procuram relatar a trajetória dos valdenses sofrem com uma considerável falta de diálogo entre si, possivelmente devido a dispersão internacional das mesmas, limitando a abrangência de muitas das pesquisas e estudos que foram conduzidos.

O valdesianismo se desenvolveu em meio a um processo de transição social e econômico, inspirado por mentalidades e ideais criados a partir de um espaço de fronteiras políticas e culturais, e seus seguidores, relegados a periferia do mundo europeu, se inseriram em um cenário de inconstâncias e disputas. Sua busca por uma nova vida no Prata, os trouxe a um mundo que conseguia ser não muito diferente ao mesmo tempo que era totalmente novo. As experiências e vivências que eles haviam conhecido em seus alpes, a partir de suas crenças, eram, como ainda são, os fatores definitivos da sua cultura e, uma vez em suas novas terras, distantes de suas congregações e dos vales que haviam cultivado por mais 600 anos, esses seriam os fatores que os diferenciariam e que fariam com que eles se destacassem nas novas sociedades em que se inseriam, permitindo que no dias atuais, quase 200 anos depois, essas sociedades ainda carreguem consigo, marcas, ainda que pequenas, da heresia de Pedro Valdo de Lyon.

REFERÊNCIAS

Bibliografia

ABADIE, Washington Reyes e ROMERO, Andrés Vázquez. 2004. **Crónica general del Uruguay**: el estado oriental. Montevideú: Banda Oriental, v. 4.

CAMERON, Euan. 2004. Dissent and Heresy in HSIA, R. Po-chia (ed.). **A companion to the reformation world**. Nova Jersey: John Wiley & Sons, p.3-21. Disponível em: <<https://thebibleisnotholy.files.wordpress.com/2010/06/a-companion-to-the-reformation-world-2004.pdf>> Acesso em: 23/11/2018.

_____. 1984. **The Reformation of the Heretics**: The Waldenses of the Alps, 1480-1580. Oxford: Clarendon Press.

CHIARAMONTE, J. C. 2005. Estado y poder regional: las expresiones del poder regional, análisis de casos. In: GRIJALVA, M. M.; VÁZQUEZ, J. Z. (Org.). **La construcción de las naciones latinoamericanas**. Espanha: Unesco, v. 6.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. 2000. Italianidade(s): imigrantes no Brasil meridional. In CARBONI, Florence (org.); MAESTRI, Mario (org.). **Raízes Italianas do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF.

_____. 2006. O que aconteceu com os Valdenses? : italianos e italianos no Brasil meridional. In RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Julio; POZENATO, José Clemente. (Org.). **Cultura, Imigração e Memória**. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, p. 177-188.

DALLA CHIESA, Vicente. 2014. A Igreja Metodista na antiga região colonial italiana donordeste do Rio Grande do Sul. In: RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz et alii (orgs.). **Anais do Seminário Internacional Festas, comemorações e lembranças na imigração e XXI Simpósio de História da Imigração e Colonização**. São Leopoldo: Oikos Editora.

DEVOTO, Fernando (edt.) e ROSOLI, Gianfausto (edt.). 2000. **La inmigración italiana en la Argentina**. Buenos Aires: Biblos.

_____. 2006. **Historia de los italianos en la Argentina**. Buenos Aires: Biblos.

DRIVER, Juan. 1997. Pedro Valdo y los valdenses, *in.*: _____. **La fe en la periferia de la historia**. Cidade da Guatemala: Ediciones Semilla, s/p. Disponível em: <<https://www.menonitas.org/n3/feph/07.html>> Acesso em 23/11/2018.

GARCIA, Elida Hernandez e LEMIESZEK, Cláudio de Leão. 2013. **Guia incompleto das primazias de Bagé**. Bagé: Ediurcamp.

HSIA, R. Po-chia. 2004. The Reformation and its Worlds *in* _____ (ed.). **A companion to the reformation world**. Nova Jersey: John Wiley & Sons, p.xii-xix. Disponível em: <<https://thebibleisnotholy.files.wordpress.com/2010/06/a-companion-to-the-reformation-world-2004.pdf>> Acesso em: 23/11/2018.

HUGARTE, Renzo Pi e VIDART, Daniel. 1969. **Nuestra Tierra XXIX**: El Legado de los inmigrantes I. Montevidéo: Nuestra Tierra. 76p.

_____. 1969. **Nuestra Tierra XXXIX**: El Legado de los inmigrantes II. Montevidéo: Nuestra Tierra. 76p.

IOTTI, Luiza Horn. 2010. **Imigração e poder**: a palavra oficial sobre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (1875-1914). Caxias do Sul: Educs. 263p.

JOURDAN, Louis. 1901. **Compendio de Historia de los Valdenses**. Colonia-Valdense: Prem. Tip. e Lib. Claudiana. Disponível em: <<http://historiayverdad.org/Compendio-de-Historia-de-los-Valdenses.pdf>> Acesso em: 23/11/2018.

LAWRENCE, Eugene. 1876. **Historical Studies**. Nova Iorque: Harper & Brother, p. 198-246.

Disponível em: <<https://archive.org/details/historicalstudie00lawr>> Acesso em: 23/11/2018.

LE GOFF, Jacques. 2005. **A Civilização do Ocidente Medieval**. Bauru: EDUSC.

MELLO, Mateo J. Magariños. 1948. **El gobierno del Cerrito: poder ejecutivo**. Montevidéo: El Siglo lustrado.

NAHUM, Benjamin. 2003. **Breve História Del Uruguay Independiente**. Montevidéo: Banda Oriental.

PADOIN, M. M. 2000. O espaço fronteiroço platino, o federalismo e a Revolução Farroupilha. In: **Primeiras Jornadas de História Regional Comparada**. Porto Alegre: FEE e PUC/RS, v. 1. Disponível em: <<http://cdn.fee.tche.br/jornadas/1/s2a12.pdf>> Acesso em: 23/11/2018.

_____. 2001. **Federalismo Gaúcho: Fronteira Platina, Direito e Revolução**. São Paulo: Nacional. 176p.

SEGARRA, Enrique Mena. 1969. **Nuetra Tierra XLII: Frontera y Limites**. Montevidéo: Nuestra Tierra. 64 p.

TAYLOR, Larissa. 2004. Society and Piety in HSIA, R. Po-chia (ed.). **A companion to the reformation world**. Nova Jersey: John Wiley & Sons, p.22-38. <<https://thebibleisnotholy.files.wordpress.com/2010/06/a-companion-to-the-reformation-world-2004.pdf>> Acesso em: 23/11/2018.

TOURN, Giorgio. 1983. **Los Valdenses: El singular acontecer historico e un pueblo-iglesia**. Montevidéo: Ediciones Iglesia Valdense. v.3. 362 p.

VANGELISTA, Chiara. 2009. L'emigrazione valdese. Parte I, Persecuzioni ed emigrazione. In Corti, Py Sanfilippo, M. (a cura de). **Migrazionei, Storia d' Italia**. Annali 24. Torino: Einaudi, p.161-172.

WITT, Marcos Antônio. Jan./jun. 2015. Circularidade de ideias na obra Emigração e colonização, de Arsène Isabelle. **Métis: História e Cultura**, v. 13, n. 27, p.15-38.

Documental

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. THE GREAT FALLS DAILY TRIBUNE de 07 de Setembro de 1919. **Child welfare new work in Uruguay**. Disponível em: <https://chroniclingamerica.loc.gov/lccn/sn84024808/1919-09-07/ed-1/seq-23/> Acesso em: 10 de nov. de 2019